



Luiza Braccioli/AE

*Bueno: a rede oficial não mantém o padrão*

## <sup>18</sup> *Pais acusam CEE*

Na luta contra a mercantilização do ensino, a Associação Intermunicipal de Pais e Alunos solicitou, na Assembléia Legislativa de São Paulo, a instauração de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para apurar irregularidades na atuação do Conselho Estadual de Educação (CEE), órgão diretamente ligado ao Ministério da Educação. A CEI, em andamento, analisa principalmente a concessão, pelo CEE, de duvidosos benefícios a dois grandes estabelecimentos de ensino: a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, com quinze mil alunos, e o Colégio Fernão Dias Paes, de Osasco, com dois mil alunos.

O processo da PUC começou com o requerimento, pela direção da universidade, de um reajuste suplementar ao previsto em lei para suprir uma suposta defasagem de custos. Esse pedido foi analisado pela Comissão de Encargos Educacionais do CEE, que julga os reajustes escolares. A Comissão indeferiu o pedido e solicitou, como é praxe, que a direção do Conselho homologasse a decisão. Mas o Conselho ignorou o parecer da Comissão e autorizou o aumento. Mais de 300 alunos impetraram, então, um mandado de se-

gurança contra a PUC e ganharam. A sentença saiu em setembro.

"Em agosto a PUC cobrou Cz\$ 92 mil dos estudantes de fonoaudiologia, enquanto o justo era apenas Cz\$ 28,6 mil", observa o advogado Mauro Bueno da Associação Intermunicipal de Pais de Alunos. A Justiça beneficiou, entretanto, apenas aqueles alunos que recorreram. "Os demais devem agora procurar seus direitos para reaver parte das mensalidades pagas ou para compensar esse excesso nas mensalidades do próximo ano", aconselha o advogado.

O caso do Colégio Fernão Dias Paes também pode ser considerado contraditório. A escola requereu, como a PUC, um reajuste suplementar. O pedido foi indeferido pela Comissão de Encargos Educacionais e homologado pela direção do Conselho. O colégio, então, recorreu e o Conselho mudou sua decisão, emitindo parecer favorável. Os alunos reclamaram na Justiça e em setembro ganharam a causa. Com base nesses e em outros casos esdrúxulos, a Associação impetrhou, agora, um mandado de segurança contra o CEE, que corre paralelo às investigações da Comissão Especial de Inquérito da Assembléia Legislativa.